

Justiça em

Edição 69
Ano XIII - fevereiro 2019



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

OPORTUNIDADES DE INOVAÇÃO

Projeto busca soluções
para desafios da Instituição



NESTA EDIÇÃO

Inteligência Artificial
na Administração Pública

Homenagem à
mulher camponesa

O caminho da reciclagem

Atendimento a moradores
em situação de rua

Comunicação planejada na JFSP

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Em continuidade às ações da Administração que visam dar maior celeridade e eficácia à gestão orçamentária, estamos trabalhando intensamente para inverter a lógica de nossas contratações, orientando os gestores para que todo o procedimento licitatório ocorra no primeiro semestre do ano. Desta forma, além de cumprirmos com o que foi planejado para as Subseções Judiciárias, haverá tempo para se repetir os certames que eventualmente restarem fracassados na primeira tentativa, de forma que as licitações sejam concretizadas dentro do prazo programado, evitando-se assim inscrições de valores em restos a pagar.

Por muitos anos, antes que a Emenda Constitucional nº 95/2016 entrasse em vigor (conhecida como Emenda do Teto para os gastos públicos), era comum nas administrações públicas que as licitações ocorressem no final do exercício, ficando os valores para liquidação no ano seguinte em restos a pagar, pois eles não afetavam o orçamento futuro do órgão. No entanto, com o advento da Emenda Constitucional nº 95/2016, essa regra foi alterada, pois esses valores passaram a ser contabilizados no limite financeiro que será disponibilizado para o ano seguinte, prejudicando a execução orçamentária.

Os objetivos do controle e planejamento de contratações são os seguintes:

- 1) Permitir à Administração o acompanhamento da condução dos contratos administrativos da Seção Judiciária de São Paulo;
- 2) Obter informações rápidas sobre as contratações sem disparar cadeia de e-mails e posterior consolidação dos dados;
- 3) Oferecer aos gestores um instrumento para se organizarem;
- 4) Acompanhar os processos de contratação, possibilitando a identificação de obstáculos;
- 5) Dar visibilidade aos projetos em estudo desenvolvidos no âmbito de cada núcleo;
- 6) Evitar sobra orçamentária;
- 7) Reduzir restos a pagar.

Pensando nisso, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (UPOF) manterá em pasta compartilhada da rede as planilhas com o Plano Anual de Contratações (PAAC 2019), permitindo que os gestores acompanhem a execução orçamentária das áreas, com valores consistentes para a estimativa de gastos neste exercício. Essa será nossa base de dados centralizada para fins da programação orçamentária.

Não podemos esquecer, ainda, que a situação financeira da Justiça Federal será delicada nos próximos anos. Mesmo no melhor cenário, prevemos considerável redução em despesas

discricionárias, o que exigirá adicionais esforços de todos para garantir a manutenção da prestação da jurisdição. Ganha importância, nesse momento, o Orçamento-Programa Participativo (OPP), o Planejamento Estratégico e o engajamento de todos para comprarmos melhor e de forma refletida, encaminhando pleitos de acordo com efetivas prioridades e necessidades.

Felizmente, hoje, temos um amplo planejamento para atendimento das Subseções, projetos para gestão da crise orçamentária e servidores capacitados. Além disso, estamos promovendo o aprimoramento da gestão de dados, a modernização dos processos de trabalho e desenvolvendo projetos inovadores para melhorar os fluxos da instituição, como o de nossa comunicação institucional.

A seguir, os assuntos que serão abordados nesta edição da Justiça em Revista: mapeamento de oportunidades de inovação, inteligência artificial no serviço público, o caminho da reciclagem, comunicação planejada na Justiça Federal, homenagem à menina camponesa e muito mais.

Boa Leitura!
 Luciana Ortiz Zanoni
 Caio Moysés de Lima
 Décio Gabriel Gimenez



Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni
Juíza Federal Diretora do Foro

Caio Moysés de Lima
**Juiz Federal Vice-Diretor do Foro
 (capital)**

Décio Gabriel Gimenez
**Juiz Federal Vice-Diretor do Foro
 (interior)**

Maria Helena de Almeida Santos
Diretora da Secretaria Administrativa

Núcleo de Comunicação Social
 Ricardo Acedo Nabarro (diretor)
 Coaracy Caracas Soares Santos

Seção de Multimídia e Audiovisual
 Hélio Martins Júnior (supervisor)
 Edson Nagase
 Javã de Carvalho

estagiário
 Gianluca Quaranta

**Seção de Produção de Texto
 e Atendimento à Imprensa**
 Jefferson Messias (supervisor)
 Kátia Serafim

Mariana Galluzzi de Sá
 Sergio Ricardo Quaranta

Contato: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br
 Telefones: (11) 2172-6175/6174
 Leia esta e outras edições em:
www.jfsp.jus.br/imprensa/



A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO SERVIÇO PÚBLICO



A Inteligência Artificial (IA) é um ramo da ciência da computação que busca desenvolver técnicas e criar dispositivos que simulem a capacidade humana de raciocinar, tomar decisões e resolver problemas. O diferencial é que esses dispositivos são capazes de processar e analisar uma grande quantidade de dados (Big Data) de forma independente, sem a necessidade de intervenção humana.

A inteligência artificial já existe há décadas, contudo, foi impulsionada com os avanços da informática e da computação. Atualmente, a IA é aplicada em diversas áreas: nos assistentes virtuais à disposição das pessoas, em sensores de reconhecimento facial dos celulares, nos carros autônomos, no agronegócio, na prevenção e tratamento de doenças, entre outros.

O potencial da inteligência artificial também tem sido cada vez mais utilizado no setor público. “Dois dos maiores

problemas do serviço público são o grande volume de demandas e a dificuldade em obter informações rápidas e fidedignas para a tomada de decisões gerenciais. A inteligência artificial pode ajudar a melhorar esses dois aspectos”, afirma o juiz federal Caio Moysés de Lima, vice-diretor do Foro (capital).

O magistrado ressalta que o processamento das demandas é facilitado com a IA, mediante a automação do trabalho repetitivo, diminuindo a incidência de erros e abreviando o tempo de atendimento à população. Além disso, essa ferramenta viabiliza a coleta e análise de dados gerenciais, o que tende a melhorar a qualidade da informação disponível e, por conseguinte, a qualidade das decisões dos gestores públicos.

No Poder Judiciário, vários tribunais têm utilizado esse recurso para acelerar a análise judicial das ações, racionalizar o fluxo de trabalho no Processo

Judicial Eletrônico (PJe) e localizar ações em que sejam aplicáveis precedentes do respectivo Tribunal. A IA também é usada no aprimoramento dos instrumentos de estatística e busca de jurisprudência, na alimentação dos dados no sistema processual a partir da leitura direta das petições iniciais e na criação de ferramentas para auxiliar a descoberta de fatores que dificultam o andamento processual.

Caio Moysés de Lima também destaca a recente criação, pelo CNJ, do Laboratório de Inteligência Artificial para o PJe, “que deve impulsionar as pesquisas em inteligência artificial no âmbito do Poder Judiciário”, aponta o magistrado.

A Inteligência Artificial no setor público deverá ser cada vez mais utilizada por gestores e governos. Por meio dela, será possível aprimorar a tomada de decisões, bem como prestar de forma mais rápida e eficaz os serviços à população. ■

SISTEMAS QUE UTILIZAM A IA NO JUDICIÁRIO

- Sistema Victor do STF - auxilia na identificação de ações vinculadas a temas de repercussão geral;
- Sistema Corpus927 - desenvolvido pela ENFAM em parceria com o STJ para facilitar a busca de decisões vinculantes, enunciados e orientações de que trata o art. 927 do CPC;
- Sistemas Ratinho e RADAR - criados pelo TJMG para facilitar a identificação de demandas repetitivas e a busca de outras informações relevantes na base do sistema processual;
- Sistema SINAPSES - desenvolvido pelo TJRO para automatizar tarefas repetitivas. Esse sistema será adotado como base para a criação de ferramentas de IA para o PJe em parceria com o CNJ;

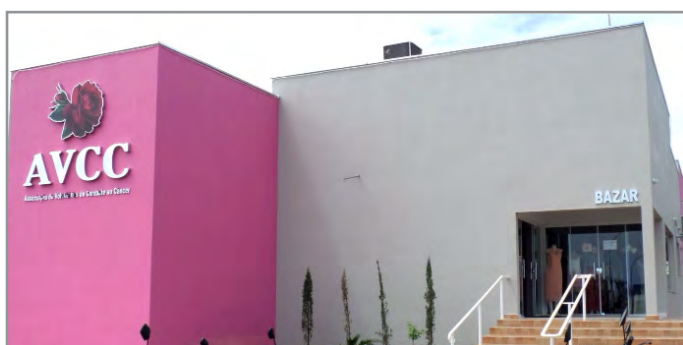


ACONTECEU – DEZEMBRO/JANEIRO



MAUÁ - A Justiça Federal concluiu o processo de compra de um novo prédio no município de Mauá/SP. Ele será o novo endereço da 40ª Subseção. Rua Campos Sales, 160, Vila Bocaina.

FIM DE ANO – As festas de confraternização reuniram juízes, servidores e prestadores de serviço para celebrar o encerramento de 2018.



JALES - A Subseção de Jales realizou no mês de dezembro uma campanha solidária de Natal, para auxiliar a AVCC - Associação de Voluntários de Combate ao Câncer, na confecção e distribuição de cestas de Natal.

AGENDA 2030 DA ONU - Aconteceu no iJusLab um encontro sobre a Agenda 2030 da ONU. O evento contou com a presença da conselheira do CNJ, Maria Tereza Uille, para identificar como o Judiciário brasileiro pode contribuir com o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



LIMEIRA - A 43ª Subseção Judiciária agora está em nova sede, localizada na Avenida Comendador Agostinho Prada, n.º 2.651, no Jardim Maria Buchi Modeneis.

ENCONTRO DE CONTADORES NA CAPITAL - Evento aconteceu no JEF/SP e contou com a participação de servidores que atuam na área de cálculos judiciais. O objetivo foi promover a troca de conhecimento, solução de dúvidas e treinamento.





GESTÃO DE DADOS - A equipe reuniu-se no dia 7/12 para um balanço dos trabalhos realizados no iJusLab.



TRIBUNAL DO JÚRI – Subseção de São José dos Campos realizou em 2018 sua 1ª Sessão do Tribunal do Júri.



PROJETO INFÂNCIA DE FUTURO - O objetivo do projeto é oferecer informações e atendimento para as famílias de crianças com algum tipo de deficiência, possibilitando sua plena inclusão na sociedade. O encontro ocorreu no JEF/SP.



PRÊMIO – O TRF3 venceu o IX Prêmio Conciliar é Legal do CNJ nas categorias “Tribunal Regional Federal”, com a prática “Núcleo de Ações Sensíveis e Complexas”, e no “artigo 12 do Regulamento”.



PROGRAMA “+ GESTÃO” - Lançado em dezembro de 2018, o programa foi idealizado pela Presidência do TRF3 com o objetivo de ouvir magistrados e servidores para aprimorar os serviços judiciários.



ENCONTRO DE BIBLIOTECÁRIOS - Aconteceu no dia 3/12, no Laboratório de Inovação (iJusLab), uma reunião com bibliotecários da Justiça Federal das cinco regiões do país.



DIGITALIZAÇÃO - A primeira fase da virtualização dos processos foi concluída com cerca de 15 milhões de páginas digitalizadas, o que corresponde a 70% da meta de 2018.





NOVOS SERVIDORES TOMAM POSSE - Eles participaram de ambientação institucional, com a apresentação do funcionamento da administração da JF/SP e seus diversos setores.


 Este ícone indica que a matéria possui um vídeo na Internet.


DECISÕES JUDICIAIS

Acesse a íntegra das notícias clicando no ícone correspondente. 


16/01 - LIMINAR PARA SUSPENDER NOMEAÇÃO DE MINISTRO DO MEIO AMBIENTE É INDEFERIDA - Autor da ação alegava que o ministro Ricardo de Aquino Salles não teria condições jurídicas de assumir o posto, vez que condenado em ação de improbidade administrativa, bem como em razão de pender contra o demandado ação civil pública ambiental. 


14/01 - REUNIÃO DEFINE PROCEDIMENTOS PARA AUDIÊNCIA COM DEPENDENTE QUÍMICO - Representantes da Justiça Federal, do MPF, da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e da Administração Pública Estadual (Secretaria da Saúde e Cratod), definiram um fluxo para avaliação dos casos em que o juízo identifique indícios de dependência química no réu, para encaminhamento ao Cratod. 


11/01 - IJUSPLAB INICIA O ANO COM ENCONTRO SOBRE A AGENDA 2030 DA ONU - Um grupo multidisciplinar reuniu-se no Laboratório de Inovação da Justiça Federal de São Paulo (iJusPLab) para identificar como o Judiciário brasileiro pode contribuir com o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, da ONU. 


07/01 - APÓS ACORDO ECOPORTO ASSUME OBRA NO PORTO DE SANTOS A Ecoporto Santos S/A aceitou assumir a responsabilidade pela execução de projeto específico de obra denominado “estruturas associadas (canais e galerias)”, no valor de 25 milhões de reais, para construção de infraestrutura de melhoria da drenagem pluvial e fluvial. 


28/12 - EX-PRESIDENTE DA CBT É CONDENADO POR DESVIO DE RECURSOS - De acordo com a denúncia, o ex-presidente apresentou documentos falsos na prestação de contas realizada após a captação de recursos junto a empresas, a fim de justificar o repasse de R\$ 400 mil para um empresário e de

R\$ 40 mil para outro, ambos também réus no processo. 


26/12 - EMPRESA DEVE ELABORAR PLANO DE DESCARTE ECOLÓGICO EM VIRACOPOS - MPF alega que a empresa abandonou uma carga de vinte e oito caixas com cerca de vinte quilos de produtos cada (supostamente esmaltes de unha), de forma irregular e, após esgotado o prazo de permanência da mercadoria na alfândega, não foi destinada para devolução ou descarte adequado. 


21/12 - TRANSFERÊNCIA DA PARTE COMERCIAL DA EMBRAER É SUSPENSAPOR LIMINAR - A liminar foi proferida pelo juiz federal Victorio Giuzio Neto em uma ação civil pública, movida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) e pelos sindicatos de metalúrgicos de São José dos Campos/SP, Araraquara/SP e Botucatu/SP. 


18/12 - ATOR É CONDENADO POR INJÚRIA E DIFAMAÇÃO A JEAN WYLLYS - O ator Alexandre Frota foi condenado à pena de 2 anos e 26 dias de detenção, no regime inicial aberto, mais pagamento de 620 dias-multa, pelos delitos de difamação e injúria ao deputado federal Jean Wyllys. A pena privativa de liberdade foi substituída por prestação de serviços a comunidade e limitação de fins de semana. 


18/12 - JUSTIÇA RECEBE DENÚNCIA CONTRA LULA POR LAVAGEM DE DINHEIRO - De acordo com o MPF, empresário solicitou ajuda de Lula para garantir, junto ao chefe de Estado da Guiné Equatorial, a continuidade das transações comerciais entre o grupo ARG e o governo daquele país. Como contrapartida, o ex-presidente teria recebido R\$ 1 milhão de reais sob a forma de doação. 


13/12 - ACESSIBILIDADE ÀS PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS NOS CINEMAS - Ancine deve apresentar providências para viabilizar a acessibilidade de pessoas com de-


ficiência visual e auditiva às produções audiovisuais (nacionais ou estrangeiras destinadas ao mercado interno), através de legendas abertas, legendas descritivas na forma Closed Caption e janela com intérprete de Libras. 

11/12 - CASSADA LIMINAR QUE SUSPENDIA OPERAÇÃO ENTRE EMBRAER E BOEING - O relator entendeu que a ação popular é “precipitada, infundada e carente de demonstração de qualquer vício de legalidade da operação comercial em andamento e muito menos risco a quaisquer interesses públicos”. 

07/12 UNIÃO DEVE FORNECER MEDICAMENTO PARA TRATAMENTO DE LEUCEMIA - TRF3 manteve decisão que determina o fornecimento do medicamento Aginasa, usado para o combate da Leucemia Linfóide Aguda (LLA), na quantidade necessária para os tratamentos no Centro Infantil de Investigações Hematológicas Doutor Domingos A. Boldrini, localizado na cidade de Campinas/SP. 

07/12 - LIMINAR SUSPENDE TRANSFERÊNCIA COMERCIAL DA EMBRAER PARA BOEING - 24ª Vara Federal Cível de São Paulo/SP determinou no dia 6/12 a suspensão dos efeitos de qualquer decisão do Conselho da Embraer que assente com a segregação e transferência da parte comercial da empresa para a Boeing. 

05/12 - GRUPO DE PERUS IDENTIFICA MAIS UMA OSSADA DE PRESO POLÍTICO O Grupo de Trabalho Perus identificou a ossada de Aluísio Palhano Pedreira Ferreira, após 47 anos do seu desaparecimento durante a ditadura militar brasileira. Trata-se do segundo preso político identificado, que teve seus restos mortais encontrados em vala comum descoberta nos anos 1990. 

 Este ícone indica que a matéria possui um link com a internet.

O CAMINHO DA RECICLAGEM



De acordo com dados divulgados pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), o Brasil produz quase 80 milhões de toneladas de lixo por ano. Desse total, 30% tem potencial de reciclagem, mas apenas 3% são de fato reaproveitados.

Melhorar esses índices é um desafio, tendo em vista a grande quantidade de materiais que são descartados diariamente nas casas, indústrias, comércios, hospitais e instituições públicas. Para se alcançar bons resultados, é necessário o envolvimento da sociedade, de organizações não governamentais, da iniciativa privada e do Governo.

Na Justiça Federal da 3ª Região, o Plano de Logística Sustentável (PLS-JF3R) é o instrumento que regula as práticas de sustentabilidade na instituição. Nele são estabelecidas metas e planos de ação para garantir o uso racional dos recursos naturais e o consumo consciente dos bens e serviços, além da correta disposição dos resíduos gerados.

Na Seção Judiciária de São Paulo, os fóruns federais são responsáveis por realizar parte desse trabalho. Diversas subseções promovem a destinação de resíduos para reciclagem por meio de acordos de cooperação mútua, firmados com cooperativas, ONGs e outras instituições locais. Materiais como papel, papelão, plástico, metal e vidro são separados e encaminhados a essas entidades.

Na capital, foram renovados os acordos de cooperação mútua com a Cooperleste, cooperativa de materiais recicláveis, e com a Coopermiti, que lida com resíduos eletrônicos, possibilitando a retirada e gestão dos materiais dos fóruns e prédios administrativos na cidade de São Paulo.

Em relação aos papéis oriundos de autos findos e documentos administrativos, o Núcleo de Gestão Documental e Memória (NUGE) e as comissões setoriais são responsáveis por analisar os documentos cuja temporalidade já esteja cumprida e, assim, transferi-los para guarda permanente ou proceder a sua eliminação. Desde a implantação do Programa de Gestão Documental, em 2008, foram eliminadas mais de 400 toneladas de papel, considerando toda a Seção Judiciária de São Paulo.

Iniciativas no interior

Em Jales/SP é a Cooperativa de Trabalho Regional Solidária de Catadores de Resíduos Sólidos que faz a coleta e reciclagem dos resíduos produzidos no Fórum, bem como o que provém da gestão documental. Na entrada do prédio também há uma caixa para recolhimento de lixo eletrônico e outra para pilhas, baterias e celulares. “Os próprios usuários do Fórum trazem esses materiais e os depositam nas caixas para posterior recolhimento pela cooperativa”, resalta

Manuela Rozanez, diretora do Núcleo de Apoio Regional (NUAR) de Jales.

As subseções que não possuem acordos de cooperação em vigor, geralmente são atendidas por programas de coleta seletiva do respectivo município. É o caso, por exemplo, do Fórum de Bauru/SP, onde a coleta de materiais recicláveis e de papéis oriundos da gestão documental é feita pela prefeitura, que por sua vez distribui o que foi recolhido entre as três cooperativas existentes na cidade.

Para Daniela Mariuzzo, diretora do NUAR de Bauru, além do aspecto ambiental, a destinação desses materiais também tem um lado social, pois contribui economicamente com as famílias que vivem da reciclagem.

Daniela também compartilha uma iniciativa do Fórum que teve um impacto social. “Este ano concluímos o desfazimento de cerca de 80 computadores. Ficamos muito satisfeitos, pois os bens que não têm mais serventia para a Justiça Federal foram doados para a Prefeitura de Buritirama, uma pequena cidade no interior da Bahia. Eles serão utilizados na educação de crianças e jovens, tendo um excelente destino, pois contribuirão para a formação daqueles estudantes”.

Por meio dessas e de outras medidas, a Justiça Federal na 3ª Região busca monitorar a geração de resíduos, bem como destiná-los da forma correta, preservando o meio ambiente e trabalhando em parceria com instituições que usam o material reciclável como fonte de renda. ■

MAPEAMENTO DE OPORTUNIDADES DE INOVAÇÃO NA JFSP

Desafios no ambiente de trabalho fazem parte da rotina de qualquer profissional. É durante a execução das atividades que é possível identificar gargalos que podem comprometer a eficiência da entrega, causar desgastes nos profissionais e gerar insatisfação dos clientes.

A busca por melhores resultados e processos mais eficientes, capazes de atender as aspirações dos clientes, criam muitas oportunidades de pequenas ou grandes inovações.

Preocupada com a qualidade do ambiente de trabalho e da prestação dos serviços, alinhada às diretrizes da inovação, a Justiça Federal de São Paulo promoveu, por meio do Laboratório de Inovação da Justiça Federal - iJuspLab, um Ciclo de Inovação composto de mapeamento das oportunidades de inovação, criação de soluções e encaminhamento dos desafios às respectivas áreas correlacionadas.

O projeto foi iniciado no segundo semestre de 2018, com a capacitação executiva para inovação aplicada na instituição. O objetivo é habilitar os pro-

fissionais para identificar problemas e oportunidades que constituem desafios para o órgão, com foco na melhoria do trabalho e na excelência do atendimento à sociedade.

Etapas do projeto

No mês de setembro de 2018, magistrados e servidores foram convidados a participar do Mapeamento de Oportunidades de Inovação (MOI), expondo suas necessidades/dificuldades no exercício da atividade profissional, com o objetivo de identificar problemas e desafios que pudessem ser transformados em oportunidades de inovação.

Os participantes passaram por uma entrevista realizada por servidores do time de inovação da JFSP, para que explicassem com mais detalhes as situações vivenciadas. Nesse momento foram identificadas as oportunidades de inovação em cada relato.

“A ideia foi sairmos da posição de apenas receber as demandas. Fomos atrás das pessoas e fizemos uma prospecção, resultando numa compilação

das oportunidades de inovação que poderiam ser trabalhadas tanto na área-meio (administração) como na área-fim (varas)”, disse o juiz federal e coordenador do iJuspLab, Paulo Cezar Neves Junior.

Foram mais de quarenta entrevistas. A partir daí, dois grandes grupos de assuntos se formaram: 1) problemas e oportunidades que podem ser trabalhados no laboratório; 2) soluções que dependem de novas tecnologias e que devem ser buscadas em colaboradores externos, como startups, universidades etc., e que podem ser compartilhadas com a sociedade.

Depois de concluída essa fase inicial, a empresa iLabs Service e servidores do time de inovação da JFSP iniciaram um trabalho de prospecção e mapeamento, que permitiu a utilização de ferramentas de coleta de dados, pesquisa e análise, para seleção dos desafios enviados.

A partir de um roteiro detalhado do processo, foram realizadas várias etapas, incluindo avaliação dos desafios diante do grau de impacto, complexi-



Laboratoristas em aula com o professor Álvaro Gregório

RADAR DE INOVAÇÃO

Foi realizada uma pesquisa interna para mensurar o estado de prontidão para inovar da JFSP com relação aos temas Governança, Métricas, Cultura, Aprendizado e Gestão da Informação.

Pelo que se nota no gráfico ao lado, os servidores ainda percebem a inovação como uma iniciativa em um grau de desenvolvimento inicial na instituição, diferentemente do eixo dos magistrados.

O Mapeamento de Oportunidades de Inovação busca mobilizar as pessoas da instituição com o intuito de modificar esse estado de prontidão, a partir da implantação de soluções inovadoras.



dade, adequação ao tipo de solução e tempo estimado de solução. Os desafios então foram segmentados por relação temática.

Primeiros desafios

Inicialmente, foram escolhidos quatro desafios:

Tema 1 - Atendimento/Acolhimento ao Cidadão (inexistência de canais de atendimento, esclarecimento e triagem com linguagem e acesso facilitados);

Tema 2 - Movimentação de Servidores (ausência de uma política bem definida de relotação para os servidores e meios para viabilizá-la);

Tema 3 - Redes de Colaboração (falta de integração entre área-fim e área-meio, entre áreas administrativas, entre subseções e com outros órgãos);

Tema 4 - Incremento da participação das mulheres na carreira da magistratura (mapear os fatores que influenciam na reduzida presença feminina na magistratura federal).

A partir de então, esses desafios passaram a ser imediatamente trabalhados, com a participação do time de inovação, de voluntários e da empresa iLabs Services. Os grupos utilizaram a metodologia do design thinking a fim de encontrar soluções inovadoras.

“Esse foi o primeiro resultado, uma primeira aproximação que nos permitiu ampliar e aprofundar o estudo para medir aquilo que nós chamamos de ‘Radar da Inovação’, ou seja, a maturidade institucional para a inovação”, disse o professor Álvaro Gregório, da iLabs.

Após a seleção, foi dado início à segunda fase. Nessa etapa, os grupos integrados por juízes, servidores e laboratoristas trabalharam os desafios selecionados para achar soluções para os problemas levantados, com 12 encontros no iJusPLab para a conclusão do plano de implementação das soluções, com registro do protótipo e plano executivo.

“Tenho percorrido muitos laboratórios de inovação em todo Brasil e acho que a equipe que está se formando no iJusPLab, com a condução da Escola

de Servidores e da Diretoria do Foro, é uma das mais maduras na área de inovação em governos”, ressaltou Álvaro Gregório.

Os temas que não foram abordados nesta primeira etapa do projeto serão trabalhados no iJusPLab após o primeiro semestre de 2019, com um direcionamento de acordo com a área envolvida no problema. Todos os participantes receberão feedback e o resultado detalhado das tratativas do MOI será disponibilizado no site da JFSP.

Futuro

O Ciclo de Inovação, com mapeamento das oportunidades de inovação, criação de soluções no laboratório e encaminhamento de outros desafios para as respectivas áreas será realizado anualmente pela equipe de laboratoristas da JFSP. Contudo, novos desafios que forem identificados podem ser enviados regularmente para o endereço: inovajusp@trf3.jus.br.

Acesse no site www.jfsp.jus.br todas as informações a respeito do Ciclo de Inovação da JFSP. Caso se identifique com algum dos temas escolhidos e queira participar, basta entrar em contato com a equipe por e-mail, para que novas ferramentas de gestão possam ajudá-lo no dia a dia do trabalho. ■

IJUSPLAB

O Laboratório de Inovação da JFSP - iJusPLab foi inaugurado em 2016 e é um espaço de participação democrática e colaborativa para o desenvolvimento e compartilhamento de experiências inovadoras, na busca de soluções para os desafios dos serviços judiciais por meio da utilização de técnicas da inovação em governo.

Magistrados e servidores da Justiça Federal de São Paulo, advogados, alunos, professores e quaisquer outros interessados, que buscam colaborar no desenvolvimento de soluções para os serviços judiciários podem apresentar propostas e participar de projetos.

Traga seu problema ou desafio, acesse página do iNovaJusp no site da JFSP e contribua para a inovação!

COMUNICAÇÃO PLANEJADA NA JUSTIÇA FEDERAL

Mais do que divulgar novidades, a comunicação adquire cada vez mais um caráter estratégico nas grandes empresas e instituições públicas. A comunicação institucional se tornou um importante recurso no alinhamento estratégico e cultural entre o órgão e seus usuários, bem como entre seus funcionários, servidores e colaboradores.

Quando há processos de comunicação eficientes e os colaboradores estão estrategicamente alinhados entre si e com os líderes, a instituição ganha em performance e diminui o retrabalho. Essa colaboração, além de fazer com que os servidores solucionem problemas com mais agilidade e assertividade, também garante um ambiente de trabalho mais engajado.

Por isso, um Plano de Comunicação é o instrumento ideal para a definição das estratégias e metas a serem atingidas pela área de comunicação, seja ela de uma empresa pública ou privada. Uma vez elaborado, ele serve como norteador para as ações a serem seguidas, sendo um documento que pode sofrer modificações periódicas à medida que os objetivos ou mesmo o público-alvo se alteram.

Plano de Comunicação

Antes de pensar nas ações que precisam ser tomadas para melhorar o processo de comunicação, é essencial analisar quais são os pontos críticos característicos da instituição. Dentro dessa apuração, avalia-se se a mensagem está sendo compreendida, afinal, a linguagem pode ser um agravante se ela não for adequada ao público e ao meio. Da mesma forma, a escolha do veículo pode beneficiar ou dificultar esse processo.

Pensando nisso, foram realizadas no ano passado três grandes pesquisas sobre a comunicação na Justiça Federal de São Paulo para avaliar o grau de satisfação dos magistrados e servidores (veja box).

Através dessa avaliação, foi possível detectar as principais falhas de comunicação, possibilitando o desenvolvimento de novas estratégias que visam garantir uma divulgação mais apropriada dentro da instituição, com a participação de gestores de todas as áreas nas tomadas de decisão.

Para que o planejamento de comunicação seja bem sucedido, antes será necessário compreender a natureza das informações:

- **Estratégica:** quando a intenção é alinhar os valores e objetivos institucionais à performance dos colaboradores;
- **Motivacional:** quando o foco é o engajamento e reconhecimento de pessoas pela execução de suas tarefas;
- **Técnica:** quando a finalidade é internalizar conteúdos externos para auxiliar na otimização das tarefas e fortalecer os canais internos;
- **Operacional:** quando os objetivos são os processos da organização, como suas realizações, implementação de benefícios etc.

O passo seguinte é a execução do plano. Nele, serão pontuadas todas as ações a serem tomadas para cumprir os objetivos indicados no planejamento.

Outro passo importante será a definição de indicadores e métricas para avaliar o impacto das campanhas de comunicação interna. Eles serão essenciais na mensuração dos dados que avaliam o alcance de metas, fortalecendo o papel estratégico do setor.

Quando se trabalha com um plano previamente estabelecido, os cenários possíveis a serem enfrentados pela instituição já foram mapeados, desde as oportunidades até as ameaças, tornando-se mais bem preparada para as dinâmicas do ambiente. Mesmo que os cenários mudem, será mais fácil readaptar o plano do que começar do zero.

Portanto, um bom plano de comunicação auxilia a determinar não só os objetivos da informação como também a melhorar a utilização dos meios para se atingir os resultados esperados. E o engajamento de todos será fundamental ao seu sucesso. ■

Três grandes pesquisas sobre a comunicação institucional foram realizadas no segundo semestre/2018 para avaliar o grau de satisfação dos magistrados e servidores da SJSP. Responderam a pesquisa 33 magistrados e 582 servidores. Nelas foi possível apurar quais são os canais mais bem avaliados e quais precisam ser aprimorados ou modificados.

Acesse aqui o resultado dessas pesquisas.



Diversas perguntas foram formuladas para avaliar o grau de satisfação de magistrados e servidores com os meios de comunicação existentes na Justiça Federal, quais canais são mais conhecidos, o que acham que funciona bem e o que precisa ser melhorado.

Na pergunta livre sobre o que pode ser melhorado na comunicação institucional, foram enviados 199 comentários e sugestões. Das principais críticas apontadas, duas aparecem em destaque: a falta de um canal livre para manifestação e

o excesso de informações. Veja abaixo algumas das respostas recebidas para a questão:

“O que é preciso mudar para que a comunicação institucional seja mais eficiente?”

“Informações filtradas, fim do spam, melhorias das ferramentas, acesso a redes sociais e maior apoio aos setores e varas para que publiquem seus próprios assuntos de interesse”.

Luiz Guilherme Martins
Núcleo de Biblioteca/Capital

“Envio de informações claras sobre a administração”.

Amanda Marques Gattas
1ª Vara Lins/SP

“Mais transparência, acesso universal e publicidade dos acontecimentos”.

Natalia Tavares Amato
Turmas Recursais/Capital

“Envio de notícias mais imediatas”.

Rodrigo David Nascimento
NUAR/Itapeva

“Os colegas se comunicarem uns com os outros”.

Rogério Rocco Duca
Núcleo de Segurança/Capital

“Reuniões por videoconferência com as demais unidades e planejamento estratégico”.

Sandra Lopes de Luca
2ª Vara/S.B.Campo

“Não basta criar uma comissão/equipe/setor para alcançar esse objetivo. Os envolvidos têm que saber o que acontece para buscar um novo rumo. Somente os cursos não qualificam”.

Karlene Macedo de Oliveira
NUAR/Santos

“Usar uma linguagem menos formal nos textos”.

Maristela Strefezza Lopez
Núcleo de Biblioteca/Capital

“Os prazos entre as comunicações e os eventos são sempre exíguos, pois entre a proposta da área organizadora e a autorização final leva-se muito tempo”.

Andrea Penha Moschione
Núcleo da Escola de Servidores/Capital

“Quando todos estão bem informados cria-se um alinhamento para a consecução dos objetivos e a adesão será mais forte. Comunicação é transparência e direito de todos”.

Neide Aparecida de Lima
NUAD/Cível

“Realizar encontros para troca de informações e experiências”.

José Benedito de Barros
2ª Vara de Limeira/SP

“Capacitação contínua e adesão às tecnologias disponíveis”.

Gilvan Colaça Viana
Núcleo de Segurança/Capital

“Ouvir o servidor em suas manifestações de modo que outros servidores saibam o que cada um tem a dizer e, se for o caso, quais encaminhamentos são dados”.

Oswaldo Tobias Crasovich
4ª Vara/S.J.Campos

“Que não seja utilizada para ações políticas. Precisa ser mais direcionada para assuntos que interessem à massa”.

Abinoam de Amorim
Subsecretaria de Materiais/Capital

“Poderia ser criado um único jornal ou revista, onde todas as notícias dirigidas ao servidor estivessem aglutinadas e o servidor tivesse acesso a elas remotamente (extranet)”.

Débora Linhares Alves
Central de Mandados/São Carlos

“Criação de uma rede social interna que abranja os servidores da Justiça Federal da 3ª Região”.

Maria Silene de Oliveira
22ª Vara Cível/Capital

HOMENAGEM À MULHER CAMPONESA

Quilombos, aldeia indígena e agrovilas. Uma parte da população estabeleceu-se e vivendo uma realidade ligada ao meio rural, valorizando fortemente suas raízes culturais. Essas são algumas características presentes no município de Itapeva, sede da 39ª Subseção Judiciária da Justiça Federal de São Paulo. Atento às peculiaridades dessas comunidades locais, o juiz Edevaldo de Medeiros, da 1ª Vara de Itapeva/SP, juntamente com uma equipe de servidores, teve a iniciativa de estreitar a relação com esses moradores.

A primeira ação foi organizar uma visita às escolas municipais, Therezinha de Moura Rodrigues Gomes e Franco Montoro, que funcionam em agrovilas. Para os participantes do encontro, ficou evidente que, além da distância física, existia também um distanciamento social que precisava ser superado.

O município de Itapeva é o segundo maior do estado de São Paulo em extensão territorial, e possui diversos bairros rurais. Alguns, a uma distância de 50 km do centro da cidade, como o Amarela Velha e o Cercadinho. Há também quatro agrovilas, a aproximadamente 30 Km, além do Quilombo do Jaó, distante cerca de 8 Km.

Surgiu, então, a ideia de convidar as escolas e seus alunos para visitar a Justi-

ça Federal. Assim, no dia 13/9/2018 aconteceu a primeira visita de crianças camponesas das agrovilas ao Fórum de Itapeva. Durante o encontro, foi apresentado um júri simulado sobre um caso de Bullying, com a participação de alunos e orientação de professores do curso de Direito da Faculdade Anhanguera de Itapeva.

A avaliação foi positiva e serviu de incentivo para o desenvolvimento de um projeto duradouro. A partir daí, nasceu a ideia de homenagear, de forma permanente, a mulher camponesa, com a criação da Galeria Fotográfica da Menina Camponesa.

A inauguração da Galeria aconteceu no dia 14/12, no saguão do Fórum de Itapeva e contou com a presença de integrantes de comunidades quilombolas, de reservas indígenas e agrovilas, além de autoridades locais. As primeiras fotos da galeria são de autoria da servidora Patrícia Silvestre, oficial de gabinete da 1ª Vara. Ela retratou seis meninas das comunidades rurais. A intenção é que os servidores da Justiça continuem fazendo as visitas e colhendo novas fotografias para compor o acervo.

A 39ª Subseção Judiciária da SJSP, localizada no sudoeste paulista, é composta por vinte e três municípios. São eles: Angatuba, Apiaí, Barão de Antonina, Barra

do Chapéu, Bom Sucesso do Itararé, Buri, Campina do Monte Alegre, Capão Bonito, Coronel Macedo, Guapiara, Itaberá, Itaóca, Itapeva, Itapirapuã Paulista, Itaporanga, Itararé, Nova Campina, Ribeira, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Riversul, Taquarituba e Taquarivaí.

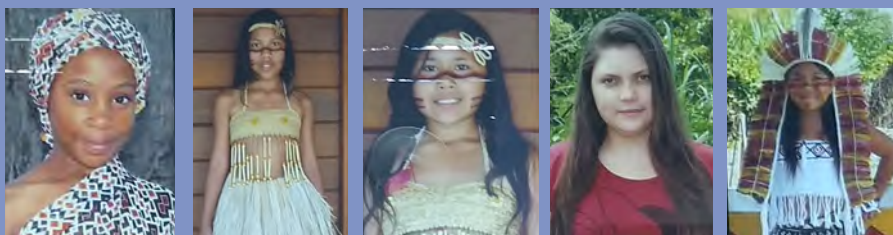
Comunidades Quilombolas

Na jurisdição da 39ª Subseção Judiciária existem, além do Quilombo do Jaó, em Itapeva, outros três, nos municípios de Apiaí, Itaoca e Ribeirão Grande. Conhecidos como “comunidades remanescentes de quilombos” e “comunidades quilombolas”, são predominantemente constituídos por descendentes de escravos negros que, no processo de resistência à escravidão, originaram grupos sociais que ocuparam um território comum, compartilhando costumes e características culturais até os dias atuais.

Os quilombos foram constituídos a partir de uma grande diversidade de processos, podendo incluir as fugas com ocupação de terras livres, conquista de terras por meio de heranças, doações, pagamento por serviços prestados ao Estado. Também são consideradas a compra ou a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior de grandes propriedades, tanto durante a vigência do sistema escravocrata, quanto após sua abolição.

A Constituição Brasileira de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), consagra aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando as suas terras, o direito à propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os respectivos títulos. ■

Galeria Fotográfica da menina Camponesa



ATENDIMENTO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO JEF/SP

Em 2018, o Projeto GT-Rua, desenvolvido pelo Juizado Especial Federal de São Paulo (JEF/SP), alcançou a marca de 5.548 processos movidos por pessoas em situação de rua, através de ações que vão desde aposentadoria por invalidez até questões como levantamento de FGTS e benefício assistencial-LOAS.

O projeto, iniciado em 2011, era denominado “Acesso à Justiça às Pessoas em Situação de Rua” e nasceu de uma parceria entre o JEF/SP, Ministério Público, Defensoria Pública e organizações como a Rede Social – Assistência Social e Saúde e o Serviço Franciscano de Solidariedade.

Na prática, a iniciativa se desenvolveu a partir da constatação de situações recorrentes, verdadeiras barreiras enfrentadas por moradores de rua, até então quase intransponíveis, na tentativa de cumprir algumas formalidades e assim acessar os serviços do Judiciário e do INSS. “O objetivo era superar os obstáculos que impediam o pleno exercício da cidadania por parte dessas pessoas, principalmente quanto à intenção de formalizar e dar andamento em processos judiciais”, explica a juíza federal diretora do Foro, Luciana Ortiz Zanoni, que presidia o JEF/SP quando do lançamento do projeto.

Um exemplo que retratava bem essa dificuldade era a exigência de comprovantes de endereço. “Em muitos casos, as pessoas que se encontravam em situação de rua, por não possuírem comprovantes, acabavam desistindo de procurar o Estado. Foi nesse contexto que iniciamos esse Projeto, tendo como base um conceito amplo de acesso à Justiça e para que essas pessoas obtivessem uma resposta rápida e com qualidade”, afirma a juíza.

Parceria de sucesso e celeridade

Desde o seu início, o projeto passou por adaptações em busca de soluções que culminaram, no âmbito da Justiça Federal, em maior celeridade para esses processos. Problemas como a exigência de comprovante de residência e de requerimento administrativo começaram a ser superados através da atuação em parceria com a Defensoria Pública e de assistentes sociais que declaravam a real situação de rua das pessoas atendidas pelo projeto.

A partir do momento em que essas ações dão entrada no JEF/SP, elas passam a ser monitoradas e identificadas por assunto. O resultado prático é a possibilidade de marcação de audiências de instrução e julgamento no prazo de 40 dias, além de agendamento de perícias dentro do prazo de 15 dias.

Como o JEF/SP trabalha em modalidade de secretaria unificada, isso possibilita um panorama global sobre o tipo de litígio e quem são os litigantes. “As ações oriundas da Defensoria Pública que chegam à distribuição do JEF com petições identificadas GT-Rua são encaminhadas de acordo com um fluxo específico”, exemplifica o atual presidente do JEF, juiz federal Eurico Zecchin Maiolino.

Desde 2014, também são feitos levantamentos estatísticos envolvendo

as ações do projeto GT-Rua, o que permite visualizar a sua evolução: de 627 processos, no ano em que se iniciaram os levantamentos, para 5.458, totalizados ao longo de todo o período até 2018. As estatísticas informam também a maior incidência de ações sobre uma determinada matéria, como é o caso dos levantamentos de FGTS e PIS. Outros assuntos que aparecem em destaque nas estatísticas são as ações relacionadas à aposentadoria por invalidez, benefício assistencial-LOAS e benefício por incapacidade.

De acordo com Eurico Maiolino, o atual sistema do JEF é importantíssimo para a celeridade de tramitação dos processos. Nas ações oriundas do projeto GT-Rua, existem casos em que as sentenças saem no mesmo dia e, após 30 dias, são extintas com o cumprimento do que estava determinado pelo juiz. “Assim que a petição GT-Rua entra no sistema, o processo segue em um fluxo com um rito extremamente célere e adequado para esse cidadão”, afirma.


Outro aspecto determinante para o sucesso do projeto é o estabelecimento de parcerias. “Parcerias como essas estabelecidas com a DPU e também com outras entidades é que possibilitam um atendimento assim. Elas devem ser vistas como objetivos importantes para a Justiça”, conclui o magistrado. ■

GT - RUA			
lote	Distribuição	TOTAL	Média/mês
240	2014	627	57
247	2015	1325	120
255	2016	2047	186
260	2017	797	72
262	2018	662	60
		5458	83

EVENTOS E CULTURA




CLASSICAL QUEEN (28/2)

A banda Classical Queen, reconhecida como a banda cover oficial do Brasil no site oficial do Queen, apresenta um espetáculo que reproduz com fidelidade os grandes sucessos do Queen, com destaque também para o figurino, performance de palco, instrumentos e equipamentos, fazendo o público reviver a energia dos shows do Queen. Shopping Eldorado, Teatro das Artes, Avenida Rebouças, 3.970, Pinheiros, São Paulo. 




DJAVAN - VESÚVIO (12 E 13/4)

Em sua nova turnê e com espetáculo inédito, Djavan traz canções do 24º álbum da carreira, além de grandes sucessos de sua discografia. O repertório do show inclui os novos singles *Solitude*, *Cedo ou Tarde* e *Vesúvio*, e também sucessos do artista alagoano, como as músicas *Se*, *Flor do Medo*, *Eu te devoro* e *Samurai*, entre outras. Credicard Hall, Avenida das Nações Unidas, 17.955, Santo Amaro, São Paulo. 




PAUL MCCARTNEY - FRESHEN UP (MARÇO)

Paul McCartney vai voltar mais uma vez ao Brasil para shows em São Paulo (26 e 27/3) e em Curitiba (30/3), com a turnê "Freshen Up". Para o público, é a oportunidade de ver o ex-beatles tocando e interpretando grandes hits de Rock dos últimos 50 anos, com dezenas de canções de Paul, dos Wings e, claro, dos Beatles. Allianz Parque – Rua Turiassú, 1.840, Perdizes, São Paulo. 




EXPOSIÇÃO MICKEY 90 ANOS (ATÉ 21/4)

Voltada para todos os públicos e idades, a exposição tem mais de 840 m² para celebrar o legado e a história de Mickey Mouse por meio de 12 ambientes imersivos. A magia começa em um túnel do tempo com as evoluções do personagem, seguindo para uma réplica dos estúdios de Walt Disney, além de cenários lúdicos e interativos como, por exemplo, uma projeção do espetacular show de fogos da Disney. Shopping JK Iguatemi, Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, 2.041, Itaim Bibi, São Paulo. 

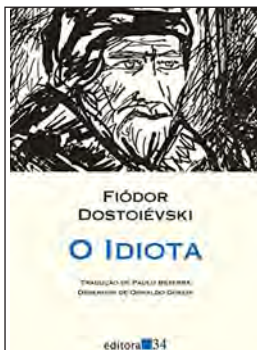


EXPOSIÇÃO OS PLANETAS DO ZIRALDO (ATÉ 6/4)

A mostra "Os Planetas de Ziraldo" é uma homenagem ao jornalista, escritor, cartazista, entrevistador, ilustrador e pintor Ziraldo Alves Pinto. A exposição fala sobre o fascínio do artista pelo universo e o quanto esse encantamento influenciou suas obras. O visitante poderá ver todo o processo criativo do autor, com seus originais e rabiscos, além de poder participar, aos finais de semana, de atividades educativas, como por exemplo criarem uma narrativa poética. Casa Melhoramentos, Rua Tito, 479, Vila Romana, São Paulo/SP. 

 Este ícone indica que a matéria possui um link com a internet.

LIVROS E FILMES



O IDIOTA

Assunto: Literatura Russa -

Romance

Autor: Fiodor Dostoiévski

Na obra, Dostoiévski constrói um dos personagens mais impressionantes de toda a literatura mundial - o humanista e epiléptico príncipe Míchkin, um homem destituído de qualquer maldade - que se vê atraído pela bela e contraditória Natascha Filipovna. Um dos grandes romances de todos os tempos, em que cada nuance do enredo parece espelhar o drama da condição humana, em dúvida entre o bem e o mal, o desejo e a renúncia, o altruísmo e o apego profundo de si.



ANTIFRÁGIL – Coisas que se beneficiam com o caos

Assunto: Administração

Autor: Nassim Nicholas Taleb

O autor proclama a incerteza como algo desejável — e até necessário —, além de propor a construção de mais coisas resistentes ao imponderável, estabelecendo o conceito do antifrágil. O livro engloba análises sobre inovações e melhorias feitas a partir de tentativa e erro, decisões que podem mudar uma vida inteira, política, planejamento urbano, guerra, finanças pessoais, sistemas econômicos e medicina.

CINEMA

HOME VÍDEO



VIDRO

Data de lançamento:

17 de janeiro de 2019 (2h 10min)

Direção: M. Night Shyamalan

Elenco: James McAvoy, Bruce Willis, Anya Taylor-Joy

Gêneros: Suspense, Fantasia

Nacionalidade: EUA

Após a conclusão de Fragmentado (2017), Kevin Crumb (James McAvoy), o homem com 24 personalidades diferentes, passa a ser perseguido por David Dunn (Bruce Willis), o herói de Corpo Fechado (2000). O jogo de gato e rato entre o homem inquebrável e a Fera é influenciado pela presença de Elijah Price (Samuel L. Jackson), que manipula seus encontros e guarda segredos sobre os dois.



7 DIAS EM ENTEBBE

Data de lançamento:

19 de abril de 2018 (1h 47min)

Direção: José Padilha

Elenco: Daniel Brühl, Rosamund Pike, Eddie Marsan

Gêneros: Suspense, Biografia

Nacionalidade: Reino Unido

Em julho de 1976, um voo da Air France de Tel-Aviv à Paris foi sequestrado e forçado a pousar em Entebbe, na Uganda. Os passageiros judeus foram mantidos reféns para ser negociada a liberação dos terroristas e anarquistas palestinos presos em Israel, na Alemanha e na Suécia. Sob pressão, o governo israelita decidiu organizar uma operação de resgate atacar o campo de pouso e soltar os reféns.

Fonte: Adoro Cinema



A3P

AGENDA AMBIENTAL NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Justiça Federal de São Paulo aderiu à Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P

■ NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Conheça mais sobre o programa na internet:

www.jfsp.jus.br/a3p